



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

v.7 n.2 Agosto 2026



**Universidade
de Fortaleza**



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Agosto/2026 #62

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

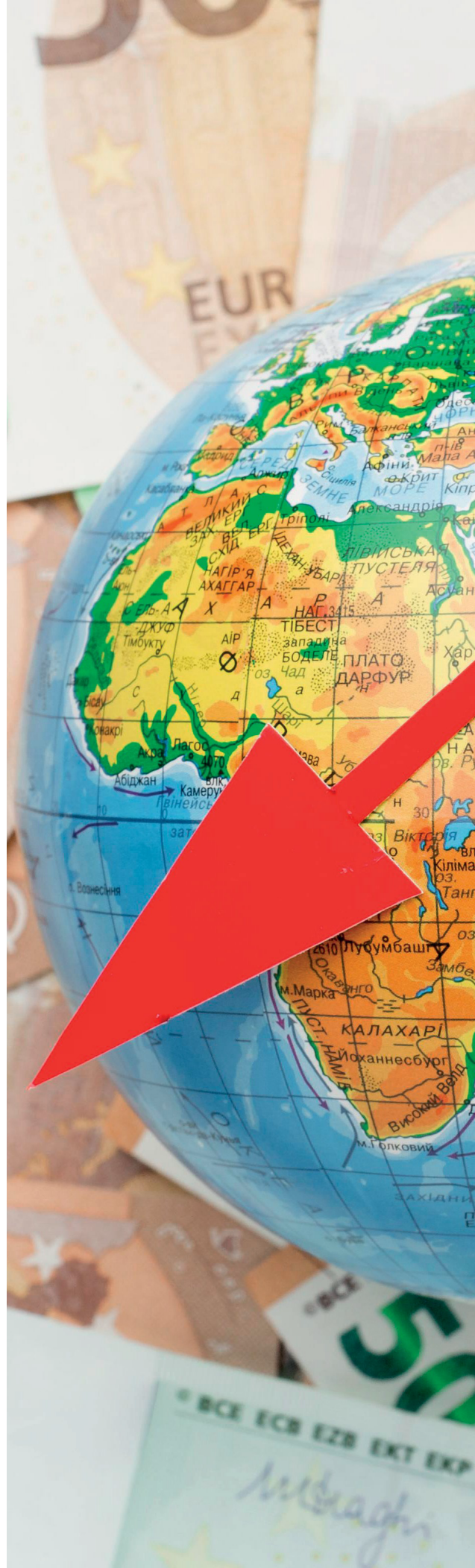
Coordenador Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza - Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Esta edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Daniel Bandeira de Melo Almeida, egresso da Universidade de Fortaleza, intitulado “Inteligência Artificial e Transformações Econômicas no Século XXI: Difusão, Mercado de Trabalho e Competição Tecnológica Entre Países”. Na sequência da presente edição, o leitor encontrará: um panorama sobre a economia internacional; o resultado das atividades econômicas do Brasil, Nordeste e Ceará, detalhado por setores de produção da economia; a performance do mercado de trabalho; e a balança de comércio exterior do Ceará, Nordeste e Brasil.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO SÉCULO XXI: DIFUSÃO, MERCADO DE TRABALHO E COMPETIÇÃO TECNOLÓGICA ENTRE PAÍSES

Daniel Bandeira de Melo Almeida*

A história econômica moderna é marcada por ondas de inovação tecnológica que transformaram sistemas produtivos e relações de trabalho. Perez (2002) argumenta que essas transformações ocorrem por meio de grandes revoluções tecnológicas, compostas por fases de instalação e implantação, nas quais uma nova tecnologia inicialmente se difunde de forma concentrada para, posteriormente, espalhar seus benefícios pela economia. Sob essa perspectiva, as transformações observadas atualmente podem ser interpretadas como parte de um novo ciclo tecnológico de alcance global. Nesse contexto, Schwab (2016) afirma que o mundo atravessa a Quarta Revolução Industrial, caracterizada pela convergência entre tecnologias digitais, físicas e biológicas e por um ritmo de transformação sem precedentes históricos, nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) tem se consolidado como uma das tecnologias mais representativas dessa nova fase.

Impulsionada pelo aumento exponencial da capacidade computacional, pela expansão da internet e pela maior disponibilidade de grandes volumes de dados, a IA deixou de ser um campo restrito à pesquisa acadêmica para se tornar um componente central de estratégias empresariais e políticas públicas. Agrawal, Gans e Goldfarb (2018) propõem compreender a IA fundamentalmente como uma tecnologia de previsão de baixo custo, cuja difusão altera a lógica de decisão em praticamente todos os setores econômicos.

Nesse sentido, os dados do AI Index 2025, publicado pelo Stanford Institute for Human-Centered Artificial Intelligence (Stanford HAI), mostram que a difusão recente da IA no ambiente empresarial não ocorreu de forma espontânea, mas foi acompanhada por um movimento expressivo de expansão do investimento corporativo no setor. O supracitado relatório informa que, em 2024, o investimento global em IA atingiu US\$ 252,3 bilhões, representando um aumento de 26% em relação ao ano anterior. O setor privado impulsionou esse crescimento com uma alta de 44,5%, e as fusões e aquisições cresceram 12,1%, indicando que a IA está cada vez mais decisiva na alocação de recursos empresariais.

No entanto, a tecnologia ainda encontra fricção e barreiras de adoção na atividade econômica. Segundo a 29ª Global CEO Survey da PwC (2026), que escutou 4.454 CEOs de organizações ao redor de 95 países e territórios, apesar da tecnologia ter se tornado prioridade estratégica nas firmas, o principal desafio atual está em transformar sua difusão em ganhos efetivos de receita, redução de custos e reorganização dos processos produtivos. Embora a adoção da tecnologia tenha avançado rapidamente, os resultados econômicos dessa incorporação ainda se mostram parciais, desiguais e, em muitos casos, insuficientes para caracterizar uma transformação produtiva consolidada.

No que se refere ao mercado de trabalho, a literatura econômica tem enfatizado que o avanço tecnológico promove uma reconfiguração das tarefas e das ocupações, em vez de simplesmente eliminar empregos de forma linear. Modelos baseados em tarefas, como os desenvolvidos por Acemoglu e Autor (2011), destacam que a tecnologia substitui atividades específicas, ao mesmo tempo em que pode complementar outras, alterando a composição da demanda por trabalho. Essa abordagem permite compreender fenômenos como a polarização ocupacional, caracterizada pelo crescimento relativo da demanda por ocupações de alta e baixa qualificação em detrimento de parte das ocupações intermediárias, e a crescente valorização de habilidades cognitivas e socioemocionais, como capacidade analítica, resolução de problemas, criatividade, comunicação e adaptação, em economias intensivas em tecnologia.

O Fórum Econômico Mundial, através do estudo The Future of Jobs Report 2025, estima que 59% da força de trabalho global precisará de algum tipo de requalificação ou atualização de competências até 2030, justamente porque a difusão da tecnologia altera a composição do trabalho antes de alterar, de forma plena, o volume total de emprego. Assim, a requalificação ocorre de forma desigual, beneficiando grupos com maior escolaridade e melhor inserção ocupacional, enquanto trabalhadores em funções mais expostas à automação, com menor acesso à requalificação, enfrentam maior risco de

* Graduado em Ciências Econômicas pela Unifor.

deslocamento, perda de renda ou estagnação. A difusão da IA, portanto, pode aprofundar desigualdades ao distribuir desigualmente as condições de adaptação ao novo ambiente tecnológico (Cazzaniga et al., 2024).

A disputa tecnológica em IA entre Estados Unidos e China se intensifica ao considerar a cadeia de produção global, semicondutores e infraestrutura física, que se tornam instrumentos de poder econômico e estratégico. A IA deixou de ser apenas uma ferramenta de eficiência e inovação empresarial, passando a integrar estratégias nacionais de segurança econômica, política industrial e projeção internacional. Assim, a competição entre países não se restringe à liderança em modelos ou aplicações, mas também ao controle dos ativos que sustentam a inovação contínua e a ampliação de ganhos econômicos.

Nesse sentido, a economia política da IA apresenta forte tendência à concentração, favorecendo regiões que já dispõem de ecossistemas mais robustos de inovação, maior profundidade financeira e articulação mais intensa entre capital privado, universidades e grandes empresas tecnológicas. Os dados do AI Index 2025 mostram que essa concentração permanece fortemente assimétrica. Em 2024, o investimento privado em IA nos Estados Unidos alcançou US\$ 109,1 bilhões, valor quase doze vezes superior ao registrado pela China, de US\$ 9,3 bilhões, e muito acima do total europeu, de US\$ 19,4 bilhões.

A experiência chinesa, nesse sentido, ajuda a qualificar a própria natureza da disputa com os Estados Unidos. Enquanto os EUA preservam vantagem expressiva em capital privado, empresas líderes e desenvolvimento de modelos de fronteira, a China combina uma difusão organizacional acelerada da IA com uma base industrial automatizada de escala sem paralelo. Isso sugere que a competição internacional em IA não se organiza em torno de um único eixo de liderança, mas de uma combinação assimétrica de ativos: capital e ecossistema de inovação de um lado; mercado interno, capacidade fabril e automação industrial do outro.

A centralidade de Taiwan aprofunda ainda mais essa dimensão. A ilha abriga a TSMC, empresa-chave na produção global de semicondutores avançados, e ocupa posição estratégica na oferta de chips utilizados em data centers, treinamento de modelos e sistemas intensivos em computação.

Assim, conclui-se que a difusão da IA constitui um dos vetores centrais das transformações econômicas contemporâneas, mas o sentido de seus efeitos depende das condições concretas sob as quais ela é incorporada. A tecnologia, por si só, não garante eficiência ampla, inclusão ocupacional nem convergência internacional. Esses resultados dependem da capacidade de firmas, trabalhadores e Estados de adaptar estruturas produtivas, qualificações e estratégias de desenvolvimento à nova realidade tecnológica.

PANORAMA INTERNACIONAL

Conforme o relatório Global Economic Prospects do Banco Mundial, de junho de 2026, a economia global iniciou o ano em trajetória relativamente firme, sustentada pelo bom desempenho de algumas grandes economias, por um comércio internacional melhor do que o esperado e por investimentos robustos associados à inteligência artificial. Esse quadro, contudo, foi alterado pela eclosão do conflito no Oriente Médio, que provocou forte impacto no mercado de energia, pressionou a inflação global e endureceu as condições monetárias em diversas economias, levando à revisão para baixo das projeções de cerca de dois terços dos países.

Em termos agregados, após crescer 2,9% em 2025, o PIB mundial deve desacelerar para 2,5% em 2026, com recuperação projetada para 2,8% em 2027. O acirramento das tensões comerciais, com destaque para a política tarifária norte-americana, permanece como fator adicional de volatilidade nos mercados.

Entre as economias desenvolvidas, os Estados Unidos cresceram 2,1% em 2025, com projeção de leve aceleração para 2,2% em 2026 – sustentada pela demanda doméstica privada, pelos investimentos ligados à inteligência artificial e pelo consumo resiliente – e de 2,1% em 2027, à medida que o investimento em centros de dados se estabiliza e a confiança do consumidor permanece pressionada pela inflação.

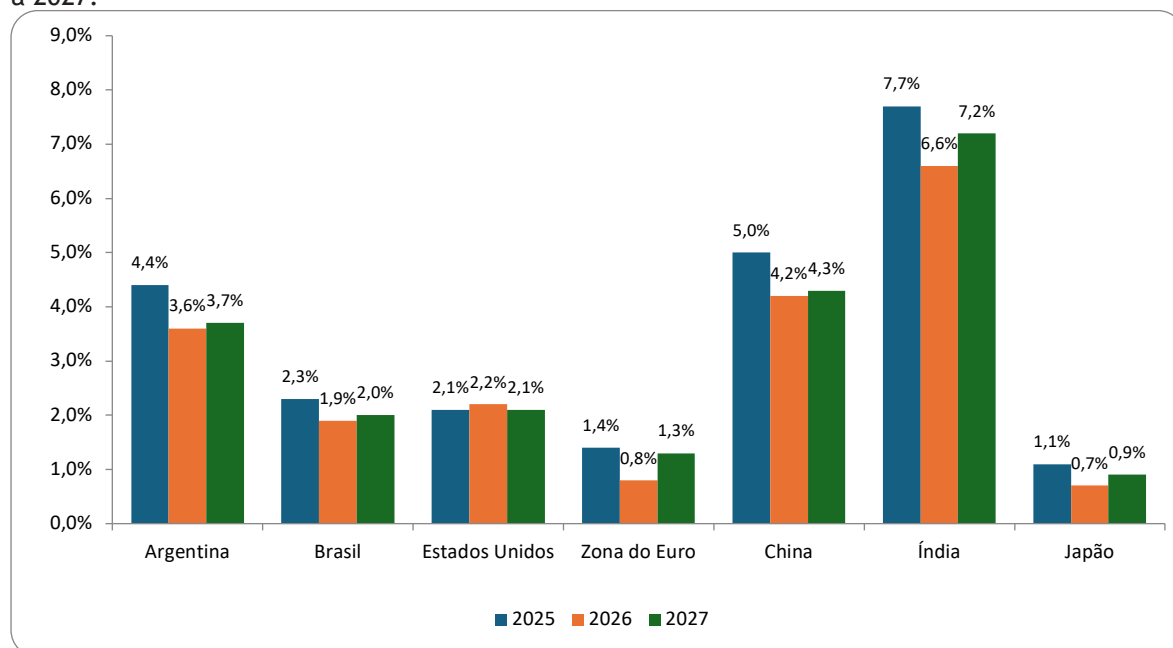
A Zona do Euro, que cresceu 1,4% em 2025, deve desacelerar para 0,8% em 2026, um dos resultados mais fracos entre as grandes economias avançadas, refletindo o impacto do choque de energia sobre uma região dependente de importações energéticas; para 2027, projeta-se recuperação para 1,3%, impulsionada pela demanda doméstica, pela retomada do afrouxamento monetário e pelo fortalecimento das exportações líquidas.

O Japão cresceu 1,1% em 2025 e deve desacelerar para 0,7% em 2026, com a alta dos preços de energia superando o suporte fiscal adicional e enfraquecendo o consumo e as exportações; a recuperação projetada para 0,9% em 2027 depende da melhora da demanda doméstica, com o recuo da inflação e a elevação dos salários.

Entre as economias emergentes, a Índia cresceu 7,7% em 2025 e segue como a economia de maior crescimento entre as analisadas, ainda que com desaceleração projetada para 6,6% em 2026, em razão da demanda externa mais fraca – parcialmente mitigada por tarifas norte-americanas mais baixas e pela expectativa de novos acordos comerciais –, e reaceleração prevista para 7,2% em 2027. A China cresceu 5,0% em 2025 e deve desacelerar para 4,2% em 2026, pressionada pelo ajuste contínuo do setor imobiliário, pela fraqueza do mercado de trabalho e pela confiança reprimida do consumidor, com leve recuperação projetada para 4,3% em 2027, à medida que a queda das exportações é parcialmente compensada por políticas voltadas ao consumo doméstico.

Na América Latina, o Brasil cresceu 2,3% em 2025 e deve desacelerar para 1,9% em 2026, com recuperação gradual projetada para 2,0% em 2027. A desaceleração está associada ao menor ritmo do consumo, em meio à persistência da inflação e aos efeitos defasados da política monetária restritiva, cujo ciclo de flexibilização teve início apenas em março de 2026. Em contrapartida, o País beneficia-se de receitas de exportação mais elevadas, em razão dos preços do petróleo, e do melhor acesso a mercados externos.

Gráfico 1 - Crescimento real anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2025 a 2027.



Fonte: World Bank, Global Economic Prospects database - Atualizado em agosto/2026.

A ATIVIDADE ECONÔMICA E ANÁLISE SETORIAL

O acompanhamento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) e dos índices regionais (IBCR), utilizados como indicadores antecedentes do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), permite observar a dinâmica recente da atividade econômica no Brasil, no Nordeste e no Ceará.

Entre junho de 2025 e junho de 2026, as três séries mantiveram crescimento acumulado positivo nos últimos 12 meses, porém em trajetória de desaceleração. No início do período, o Ceará apresentava o maior crescimento acumulado (4,13%), seguido pelo Brasil (3,94%) e pelo Nordeste (3,81%), o que evidenciava o maior dinamismo relativo da economia cearense naquele momento.

Ao longo do segundo semestre de 2025, observou-se perda gradual de ritmo nas três esferas geográficas. Em dezembro de 2025, o crescimento acumulado em 12 meses recuou para 2,30% no Brasil, 2,29% no Nordeste e 1,68% no Ceará. A desaceleração foi mais intensa no estado, que passou da

liderança no início da série para o menor resultado entre as áreas analisadas ao final do ano.

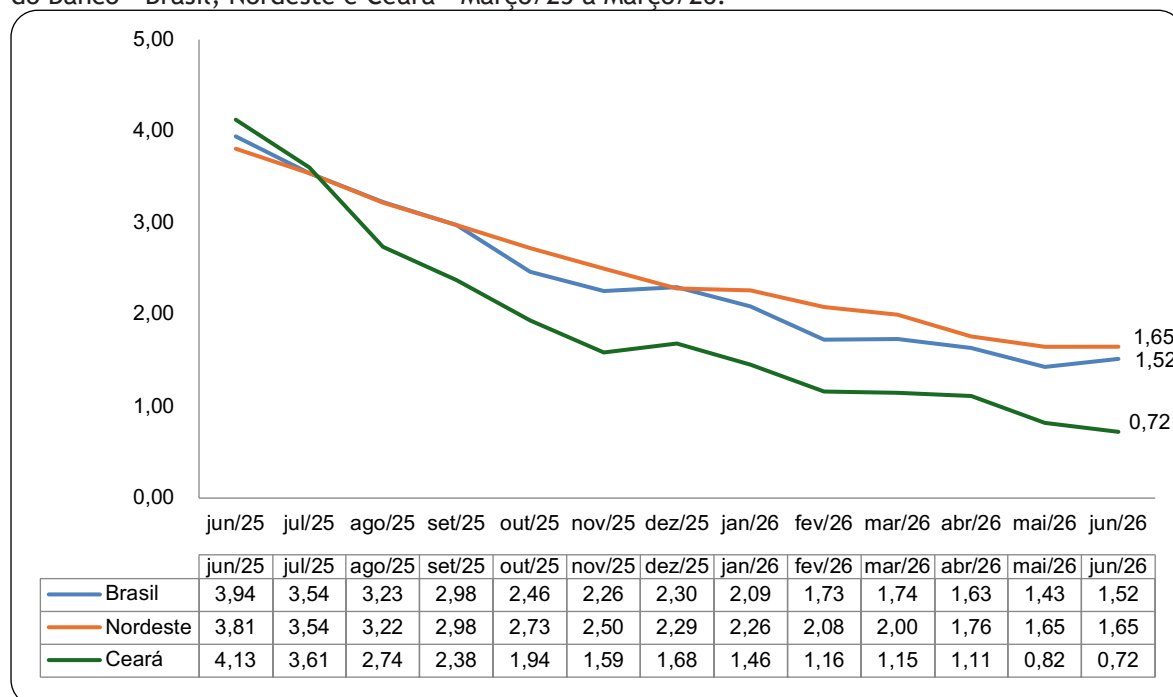
Em junho de 2026, o Nordeste apresentou o maior crescimento acumulado em 12 meses, de 1,65%, seguido pelo Brasil, com 1,52%, enquanto o Ceará registrou 0,72%, confirmando a desaceleração mais acentuada da economia estadual. Na margem, o índice com ajuste sazonal de junho recuou 0,64% no Brasil e 0,58% no Ceará em relação a maio, ao passo que o Nordeste avançou 0,73%, reforçando a maior resiliência relativa da atividade regional.

Esse movimento ocorreu em ambiente de política monetária restritiva. Após elevar a meta da taxa Selic para 15,00% ao ano em junho de 2025, encerrando o ciclo de aperto iniciado em setembro de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa nesse patamar até março de 2026, quando iniciou o ciclo de flexibilização, com quatro reduções consecutivas de 0,25 ponto percentual, que levaram a Selic a 14,75% em março, 14,50% em abril, 14,25% em junho e 14,00% em agosto de 2026. Como os efeitos da política monetária sobre a atividade ocorrem com defasagem, a perda de ritmo observada reflete, em grande medida, o período prolongado de juros elevados, somado às incertezas do ambiente internacional, em especial o conflito no Oriente Médio e os choques nos preços do petróleo.

Apesar da desaceleração, as taxas de crescimento acumulado (últimos doze meses) permaneceram positivas em todo o intervalo analisado, indicando que a atividade econômica segue em expansão, ainda que em ritmo mais moderado do que o observado em meados de 2025.

Destaca-se a maior resiliência da economia nordestina, que encerrou a série com o maior crescimento acumulado entre as três localidades, enquanto o Ceará apresenta o quadro de maior fragilidade, coerente com os resultados negativos da indústria e dos serviços estaduais no primeiro semestre de 2026.

Gráfico 2 - Crescimento acumulado dos últimos 12 meses (%) do Índice de Atividade Econômica do Banco - Brasil, Nordeste e Ceará - Março/25 a Março/26.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Elaboração: NUPE/UNIFOR.

O Setor Agrícola

A análise da dinâmica recente do setor agrícola revela um cenário de expansão produtiva, com disparidades notáveis entre as escalas nacional, regional e estadual. As estimativas para a safra de grãos 2025/26, com base no 11º Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado em agosto de 2026, consolidam uma trajetória de expansão da produção brasileira, sustentada sobretudo pela ampliação da área cultivada.

Os dados da Conab indicam produção total do Brasil estimada em 360,7 milhões de toneladas para a safra 2025/26, volume 2,4% superior ao colhido na safra 2024/25 – acréscimo de cerca de 8,5 milhões de toneladas e revisão para cima em relação à estimativa apresentada na edição anterior (358,6 milhões de toneladas). A área plantada está estimada em 83,5 milhões de hectares, expansão de 2,1% ante o ciclo anterior, equivalente à incorporação de cerca de 1,7 milhão de hectares, enquanto a produtividade média nacional avançou apenas 0,3%, de 4.310 kg/ha para 4.322 kg/ha. O resultado indica que o crescimento do agregado nacional decorre, sobretudo, do avanço da área, e não de ganhos proporcionais de produtividade.

A região Nordeste apresentou desempenho favorável na safra 2025/26. A área plantada avançou 1,8%, passando de 10.041,6 mil hectares para 10.218,1 mil hectares, e a produtividade média cresceu 6,4%, subindo de 3.129 kg/ha para 3.330 kg/ha. Como resultado, a produção total estimada alcançou 34.026,4 mil toneladas, expansão de 8,3% frente às 31.420,6 mil toneladas colhidas na safra anterior – o maior crescimento relativo entre as regiões do País, à frente do Norte (8,0%). Cabe registrar, contudo, que a estimativa regional foi revista para baixo em relação à edição anterior (35.098,2 mil toneladas), com ajustes concentrados em Sergipe, Alagoas e Bahia, associados, segundo a Conab, às condições climáticas registradas a partir de junho, que afetaram sobretudo as lavouras de milho.

O Ceará registra o resultado mais expressivo – e que exige leitura cautelosa – entre as unidades analisadas. A área cultivada recuou 4,0%, de 938,7 mil hectares para 901,1 mil hectares, mas a produtividade média saltou de 379 kg/ha para 976 kg/ha (+157,4%), elevando a produção estimada de 356,1 mil toneladas para 879,9 mil toneladas (+147,1%). A magnitude dessa variação decorre, em grande parte, da base de comparação muito baixa da safra 2024/25: mesmo após o avanço, a produtividade cearense permanece muito inferior às médias do Nordeste (3.330 kg/ha) e do Brasil (4.322 kg/ha).

O cenário evidencia que o agronegócio nacional encontra-se em fase de transição, com resultados heterogêneos que demandam estratégias regionalizadas. No agregado, o crescimento apoiado na área, e não na produtividade, sinaliza os limites de um modelo de expansão de fronteira, e o crescimento sustentável depende mais de ganhos de eficiência e de investimentos tecnológicos do que da simples incorporação de novas áreas. A consolidação do desempenho cearense e nordestino ao longo das próximas safras dependerá da continuidade dos investimentos em infraestrutura hídrica, assistência técnica, acesso a insumos e crédito rural para a agricultura familiar.

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - produtos selecionados (*) - safras 2024/25 e 2025/26 (**) - Brasil, Nordeste e Ceará.

REGIÃO/ UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 24/25	Safra 25/26	VAR. %	Safra 24/25	Safra 25/26	VAR. %	Safra 24/25	Safra 25/26	VAR. %
Ceará	938,7	901,1	-4,0	379,4	976,4	157,4	356,1	879,9	147,1
Nordeste	10.041,6	10.218,1	1,8	3.129,0	3.330,0	6,4	31.420,6	34.026,4	8,3
Brasil	81.734,8	83.461,3	2,1	4.309,9	4.322,4	0,3	352.266,0	360.750,0	2,4

Fonte: Conab. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Produtos selecionados: Carvão de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), gergelim, girassol, mamona, milho (1ª, 2ª e 3ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale;

(**) São estimativas geradas pelo Conab em agosto de 2026.

O Setor da Indústria

O desempenho do setor industrial no primeiro semestre de 2026 evidencia um cenário de assimetrias regionais. Na indústria geral, o Brasil registrou crescimento de 1,4% no acumulado do ano até junho, enquanto o Nordeste apresentou leve retração, de 0,2%, e o Ceará, recuo mais intenso, de 3,0%. Na indústria de transformação, segmento mais relevante em termos de geração de valor agregado, o quadro é mais contido: alta de 0,3% no Brasil, queda de 0,7% no Nordeste e retração de 3,0% no Ceará, sinalizando que o estado segue enfrentando dificuldades específicas em sua atividade fabril.

O resultado positivo do agregado nacional e o desempenho menos desfavorável do Nordeste apoiou-se, em grande medida, nas indústrias extrativas, que cresceram 7,5% no Brasil e 12,0% no Nordeste,

evidenciando a concentração do dinamismo em atividades ligadas a recursos naturais. Entre os segmentos da transformação, destacaram-se no País os produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+10,0%), os veículos automotores, reboques e carrocerias (+5,3%) e a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (+4,3%), ao passo que máquinas e equipamentos (-7,7%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-6,5%), preparação de couros e fabricação de calçados (-5,1%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-5,0%) registraram as quedas mais relevantes.

Tabela 2 - Variação (%) do volume de produção da indústria geral e das atividades industriais-Brasil, Nordeste e Ceará - Acumulado no ano até junho de 2026 ⁽¹⁾.

Atividades de Indústria	Brasil	Nordeste	Ceará
Indústrias de transformação	0,3	-0,7	-3,0
Produtos alimentícios	1,0	3,5	-4,3
Bebidas	1,4	1,8	-1,1
Produtos do fumo	1,7	-	-
Produtos têxteis	-3,4	-13,9	-12,0
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-6,5	-7,6	-10,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-5,1	-5,5	-3,7
Produtos de madeira	-3,5	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	-2,2	-4,7	-
Impressão e reprodução de gravações	-2,8	-	-
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	4,3	0,4	12,9
Outros produtos químicos	-2,7	0,4	-0,6
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	10,0	-	-
Produtos de borracha e de material plástico	1,0	0,9	-
Produtos de minerais não-metálicos	0,3	1,8	6,4
Metalurgia	0,4	-2,4	-8,4
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-3,5	9,0	24,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-5,0	-	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-1,4	-28,0	-17,8
Máquinas e equipamentos	-7,7	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	5,3	-1,7	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-3,5	-	-
Móveis	-1,5	-	-
Produtos diversos	1,0	-	-
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1,8	-	-
Indústrias extrativas	7,5	12,0	-
Indústria geral	1,4	-0,2	-3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2026 a junho/2026 (Base: igual período do ano anterior).

A heterogeneidade setorial fica evidente em produtos alimentícios: enquanto o segmento avançou 1,0% no Brasil e 3,5% no Nordeste, recuou 4,3% no Ceará, exercendo peso negativo relevante dada a sua importância na economia local. No estado, apenas três atividades apresentaram crescimento no

período: produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+24,9%, ante +9,0% no Nordeste e -3,5% no Brasil); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+12,9%, ante +0,4% na região); e produtos de minerais não metálicos (+6,4%, ante +1,8% no Nordeste e +0,3% no Brasil).

Em contrapartida, as quedas mais intensas no Ceará ocorreram em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-17,8%, ante -28,0% no Nordeste), produtos têxteis (-12,0%, ante -13,9% na região), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-10,6%, ante -7,6%) e metalurgia (-8,4%, ante -2,4%), além de recuos em preparação de couros e calçados (-3,7%), bebidas (-1,1%) e produtos químicos (-0,6%). Observa-se que os segmentos em retração no Nordeste também apresentaram queda no Ceará, com intensidade superior no estado em confecção de vestuário e em metalurgia.

Os resultados reforçam a fragilidade da indústria cearense no primeiro semestre, cuja concentração em poucos segmentos amplia a vulnerabilidade a quedas localizadas, sobretudo nas cadeias têxtil, de vestuário e metalúrgica. No Nordeste, o desempenho favorável das indústrias extrativas não foi suficiente para compensar a fraqueza da transformação, o que reforça a importância da diversificação produtiva e do fortalecimento dos setores de maior complexidade tecnológica, a fim de reduzir a exposição da indústria estadual às oscilações econômicas.

O Setor de Serviços

No acumulado do primeiro semestre de 2026, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, indicou expansão de 2,0% do volume de serviços no Brasil. No recorte regional, a Bahia foi o único estado, entre os selecionados, a apresentar crescimento (+1,8%), enquanto Pernambuco registrou leve retração (-0,4%) e o Ceará, a queda mais intensa (-5,1%), evidenciando que os estados nordestinos analisados não acompanharam de forma homogênea a expansão observada em âmbito nacional.

No cenário nacional, as atividades que mais impulsionaram o setor foram as de informação e comunicação (+6,8%), com destaque para os serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (+11,8%) e para os serviços de tecnologia da informação (+9,9%). Na sequência, os serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram 2,4%, impulsionados pelos serviços técnico-profissionais (+5,9%), e os serviços prestados às famílias avançaram 2,0%, com destaque para alimentação (+3,6%), apesar do recuo em alojamento (-1,9%). O agregado de outros serviços permaneceu estável em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio recuaram 1,2%, pressionados pela forte queda do transporte aéreo (-11,3%), apenas parcialmente compensada pelo transporte terrestre (+1,4%).

Quanto aos estados, Bahia e Pernambuco apresentaram crescimento em duas atividades — informação e comunicação (+4,0% e +5,2%, respectivamente) e serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,1% e +2,9%) —, ao passo que o Ceará registrou retração nessas mesmas atividades (-3,0% e -3,7%). As demais atividades recuaram nos três estados, com quedas mais acentuadas no Ceará: outros serviços (-11,1%), transportes (-6,4%) e serviços prestados às famílias (-5,2%). Em Pernambuco, os recuos foram de 2,3%, 3,7% e 4,0% e, na Bahia, de 7,5%, 0,6% e 1,2%, na mesma ordem.

Em síntese, o crescimento do setor de serviços no Brasil permanece ancorado nas atividades de tecnologia e comunicação, enquanto a retração do transporte aéreo e do alojamento sinaliza fragilidade nas atividades ligadas ao turismo e às viagens. O desempenho negativo do Ceará, o mais fraco entre os estados analisados e disseminado por todas as atividades, aponta para uma desaceleração mais acentuada da economia estadual no primeiro semestre, em linha com o observado na indústria e no IBC regional.

Tabela 3 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no ano até junho de 2026⁽¹⁾.

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	2,0	-5,2	-4,0	-1,2
Serviços de alojamento e alimentação	2,4	-	-	-
Alojamento	-1,9	-	-	-
Alimentação	3,6	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	0	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	6,8	-3,0	5,2	4,0
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,2	-	-	-
Telecomunicações	2,4	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	9,9	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	11,8	-	-	-
Serviços profissionais administrativos e complementares	2,4	-3,7	2,9	8,1
Serviços técnico-profissionais	5,9	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-0,3	-	-	-
Aluguéis não imobiliários	-2,5	-	-	-
Serviços de apoio às atividades empresariais	0,4	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-1,2	-6,4	-3,7	-0,6
Transporte terrestre	1,4	-	-	-
Rodoviário de cargas	1,5	-	-	-
Rodoviário de passageiros	2,6	-	-	-
Outros segmentos do transporte terrestre	-0,4	-	-	-
Transporte aquaviário	-2,3	-	-	-
Transporte aéreo	-11,3	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,6	-	-	-
Outros serviços	0,0	-11,1	-2,3	-7,5
Esgoto, gestão de resíduos, recuperação de materiais e descontaminação	0,8	-	-	-
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	0,4	-	-	-
Atividades imobiliárias	-0,2	-	-	-
Outros serviços não especificados anteriormente	-4,6	-	-	-
Total	2,0	-5,1	-0,4	1,8

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2026 a junho/2026 (Base: igual período do ano anterior).

Nota (2): O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

A Atividade do Comércio

O comércio varejista brasileiro apresentou crescimento de 1,9% no acumulado do primeiro semestre de 2026, desempenho superado pelos três estados nordestinos analisados. Pernambuco liderou a expansão, com avanço de 10,7% no comércio varejista e de 9,6% no varejista ampliado. No varejista, seguiram-se Ceará (4,0%) e Bahia (3,5%), enquanto, no varejista ampliado, a Bahia (5,2%) superou o Ceará (3,8%). No âmbito nacional, destacaram-se eletrodomésticos (+6,1%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+5,5%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+4,6%) e livros, jornais, revistas e papelaria (+4,2%), enquanto móveis (-2,4%), material de construção (-0,8%) e tecidos, vestuário e calçados (-0,2%) operaram em campo negativo.

Tabela 4 - Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no ano até junho de 2026⁽¹⁾.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio varejista	1,9	4,0	10,7	3,5
Combustíveis e lubrificantes	2,1	5,3	-8,5	3,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,3	3,0	22,5	4,5
Hipermercados e supermercados	1,3	0,1	27,2	5,5
Tecidos, vestuário e calçados	-0,2	1,6	-3,7	-11,0
Móveis e eletrodomésticos	3,8	8,3	2,2	2,7
Móveis	-2,4	-0,6	12,4	-1,3
Eletrodomésticos	6,1	15,0	-0,4	6,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,6	4,8	-0,3	3,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,2	2,2	16,7	-5,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	5,5	-7,1	19,6	12,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,2	8,0	8,2	5,5
Comércio varejista ampliado	1,9	3,8	9,6	5,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	2,8	7,9	9,1	2,2
Material de construção	-0,8	-8,3	-2,4	1,0
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	6,0	10,0	20,1

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (1) Variação acumulada de janeiro/2026 a junho/2026 (Base: igual período do ano anterior).

O resultado de Pernambuco foi impulsionado, sobretudo, pelo segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+22,5%), com avanço de 27,2% no subgrupo de hipermercados e supermercados, além de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+19,6%), livros, jornais, revistas e papelaria (+16,7%) e móveis (+12,4%). Em sentido contrário, o estado registrou retração em combustíveis e lubrificantes (-8,5%) e em tecidos, vestuário e calçados (-3,7%). Na Bahia, sobressaíram o atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (+20,1%) e os equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+12,4%), enquanto tecidos, vestuário e calçados recuaram 11,0%.

No Ceará, o crescimento foi disseminado entre os segmentos: eletrodomésticos (+15,0%), móveis e eletrodomésticos (+8,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (+8,0%), veículos, motocicletas, partes e peças (+7,9%), atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (+6,0%), combustíveis e lubrificantes (+5,3%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+4,8%) superaram a média nacional. Em contrapartida, material de construção (-8,3%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-7,1%) mantiveram trajetória desfavorável – este último em contraste com a alta observada no Brasil (+5,5%) –, e o subgrupo de hipermercados e supermercados ficou praticamente estável (+0,1%).

Em síntese, os resultados do primeiro semestre de 2026 foram positivos, com os estados nordestinos analisados crescendo acima da média nacional, especialmente Pernambuco. Os dados revelam, contudo, dinâmica heterogênea entre estados e atividades: no Ceará, o comércio segue sustentado pelo consumo de bens duráveis, de artigos de uso pessoal e de veículos, enquanto a persistência de resultados negativos em material de construção e em equipamentos de informática evidencia desafios que ainda limitam um crescimento mais homogêneo do setor.

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

O mercado de trabalho formal brasileiro segue apresentando geração líquida positiva de empregos, embora os dados mais recentes indiquem sinais de desaceleração. Em julho de 2026, o Brasil registrou saldo de 58,6 mil postos de trabalho, resultado de 2,26 milhões de admissões frente a 2,20 milhões de desligamentos (variação de 0,12% sobre o estoque), o menor saldo mensal dos últimos 12 meses (+871,6

mil empregos de saldo), excetuando-se dezembro de 2025, mês tradicionalmente marcado por forte sazonalidade negativa.

Tabela 5 - Evolução mensal de admissões, desligamentos e saldo - Brasil, Nordeste e Ceará (mil pessoas) - julho/2025 a julho /2026 ⁽¹⁾.

Período	Brasil				Nordeste				Ceará			
	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%(2)	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%
jul-25	2.251,4	2.121,7	129,8	0,28	322,0	283,0	39,0	0,51	60,4	53,0	7,4	0,55
ago-25	2.239,9	2.092,5	147,4	0,31	338,5	283,2	55,3	0,71	60,8	53,8	6,9	0,51
set-25	2.292,5	2.079,5	213,0	0,45	348,9	276,5	72,3	0,92	62,9	52,3	10,6	0,77
out-25	2.271,5	2.186,3	85,1	0,18	328,3	294,4	33,8	0,43	58,7	55,3	3,4	0,25
nov-25	1.979,9	1.894,0	85,9	0,18	287,1	251,5	35,6	0,45	51,2	45,3	5,9	0,43
dez-25	1.523,3	2.141,5	-618,2	-1,30	218,6	278,3	-59,7	-0,75	36,7	47,5	-10,8	-0,78
jan-26	2.208,0	2.095,7	112,3	0,23	297,7	291,6	6,1	0,07	52,7	54,0	-1,3	-0,09
fev-26	2.381,8	2.126,4	255,3	0,54	305,2	293,6	11,6	0,15	54,8	50,5	4,3	0,31
mar-26	2.526,7	2.298,5	228,2	0,48	342,0	316,8	25,1	0,32	60,1	53,5	6,6	0,48
abr-26	2.268,7	2.182,8	85,9	0,18	317,7	299,0	18,7	0,24	56,6	53,0	3,5	0,25
mai-26	2.207,3	2.134,3	73,0	0,15	314,5	291,2	23,4	0,29	57,9	54,5	3,4	0,25
jun-26	2.220,1	2.075,0	145,2	0,30	317,0	282,6	34,4	0,43	60,4	55,1	5,3	0,38
jul-26	2.262,9	2.204,3	58,6	0,12	327,2	308,2	19,0	0,24	61,7	57,6	4,2	0,30
Acumulado de 2026	16.075,4	15.117,0	958,4	2,0	2.221,3	2.082,9	138,4	1,8	404,2	378,2	26,1	1,9
Acumulado dos últimos 12 meses	26.382,5	25.510,8	871,6	1,9	3.742,6	3.466,8	275,8	3,6	674,4	632,4	42,0	3,1

Fonte: Novo Caged - SEPRT/ME (2024). Elaboração: NUPE/UNIFOR. Notas: (1) Dados do Novo Caged com ajuste para 2025 e 2026. (2) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior, sem ajustes.

No Nordeste, o saldo de 19,0 mil novos empregos em julho (327,2 mil admissões e 308,2 mil desligamentos; variação de 0,24%) mostrou-se mais próximo do padrão observado ao longo de 2026, embora inferior aos 34,4 mil de junho e a menos da metade dos 39,0 mil registrados em julho de 2025. Comportamento semelhante foi observado no Ceará, com saldo positivo de 4,2 mil postos (61,7 mil admissões e 57,6 mil desligamentos; variação de 0,30%), abaixo dos 5,3 mil de junho e dos 7,4 mil de julho de 2025. A comparação interanual evidencia, portanto, perda de ritmo na geração de empregos nos três recortes analisados.

Ainda assim, os resultados acumulados permanecem positivos. No acumulado de 2026 (janeiro a julho), o Brasil somou saldo de 958,4 mil postos (variação de 2,03% sobre o estoque), o Nordeste, 138,4 mil (1,75%) e o Ceará, 26,1 mil (1,90%). No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo alcançou 871,6 mil vagas no Brasil (1,85%), 275,8 mil no Nordeste (3,55%) e 42,0 mil no Ceará (3,09%).

A perda de ritmo na criação de empregos pode estar associada à desaceleração da atividade econômica e, consequentemente, da demanda por trabalho, mas deve ser analisada também à luz das condições atuais do mercado de trabalho. Com a taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, parte da desaceleração pode refletir uma economia mais próxima do pleno emprego, com menor disponibilidade de trabalhadores para o preenchimento de novas vagas. Dessa forma, embora a geração de empregos continue positiva nos três níveis analisados, a redução recente do ritmo merece atenção, sobretudo para avaliar se representa apenas uma acomodação em níveis elevados de ocupação ou se sinaliza uma desaceleração mais persistente da atividade nos próximos meses.

O COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

Os dados de julho de 2026 revelam trajetórias distintas para a balança comercial do Brasil, do Nordeste e do Ceará. No plano nacional, as exportações totalizaram US\$ 34,1 bilhões no mês, retração de 5,0% em relação a julho de 2025, enquanto as importações somaram US\$ 27,1 bilhões, expansão de 2,0%. Como resultado, o superávit comercial reduziu-se em 24,8%, para US\$ 7,1 bilhões, e a corrente

de comércio recuou 2,0%, totalizando US\$ 61,2 bilhões. Apesar do resultado mensal desfavorável, os indicadores acumulados mantêm-se positivos: no acumulado do ano, as exportações cresceram 10,5% (US\$ 218,6 bilhões) e as importações, 5,5% (US\$ 169,5 bilhões), elevando o superávit em 31,9%, para US\$ 49,0 bilhões, e a corrente comercial em 8,2%. Na leitura de 12 meses, observa-se tendência semelhante, com incremento de 9,5% nas exportações e de 5,2% nas importações, resultando em avanço de 28,4% no saldo, que alcançou US\$ 79,9 bilhões, e de 7,5% na corrente comercial.

Tabela 6 - Volume de exportações, importações, saldo e corrente da balança comercial (R\$ milhões) - Brasil, Nordeste e Ceará ⁽¹⁾.

País, Região e Estado	Exportações		Importações		Saldo		Corrente Comercial	
	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %
Brasil								
Julho de 2026	34.118,7	-5,0	27.051,5	2,0	7.067,1	-24,8	61.170,2	-2,0
Acumulado do Ano	218.551,9	10,5	169.512,8	5,5	49.039,1	31,9	388.064,6	8,2
Acumulado 12 meses	368.981,2	9,5	289.055,9	5,2	79.925,3	28,4	658.037,0	7,5
Nordeste								
Julho de 2026	2.317,9	-3,7	2.778,4	12,4	-460,6	-608,8	5.096,3	4,4
Acumulado do Ano	14.944,7	2,5	16.599,7	5,4	-1.655,0	-41,2	31.544,5	4,0
Acumulado 12 meses	25.615,9	-0,03	28.015,7	-0,7	-2.399,8	6,9	53.631,6	-0,35
Ceará								
Julho de 2026	242,8	15,7	247,5	9,9	-4,7	69,1	490,3	12,7
Acumulado do Ano	1.288,4	-4,9	1.565,7	-3,1	-277,2	-6,2	2.854,1	-3,9
Acumulado 12 meses	2.218,2	23,7	2.578,3	-12,7	-360,1	69,0	4.796,5	1,1

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (1) As variações do acumulado do ano e do acumulado dos 12 meses referem-se a comparações com o mesmo período do ano anterior e com o período imediatamente anterior, respectivamente.

O panorama nordestino mostra-se menos favorável, sobretudo em razão do crescimento acelerado das importações. Em julho, as exportações regionais recuaram 3,7% (US\$ 2,3 bilhões), enquanto as importações avançaram 12,4% (US\$ 2,8 bilhões), produzindo déficit de US\$ 460,6 milhões — forte deterioração frente ao saldo de julho de 2025 (variação de -608,8%) —, ainda que a corrente comercial tenha crescido 4,4%. No acumulado do ano, as exportações cresceram apenas 2,5% (US\$ 14,9 bilhões), contra 5,4% das importações (US\$ 16,6 bilhões), ampliando o déficit em 41,2%, para US\$ 1,65 bilhão, com a corrente comercial em alta de 4,0%. Na série de 12 meses, as exportações mantiveram-se praticamente estáveis (-0,03%) e as importações apresentaram leve queda (-0,7%); o Nordeste permanece deficitário, com saldo negativo de US\$ 2,4 bilhões, resultado que representa, contudo, melhora de 6,9% em relação ao período anterior, com a corrente comercial praticamente estável (-0,4%).

O Ceará, por sua vez, apresentou desempenho mensal mais favorável, embora permaneça deficitário em todas as janelas analisadas. As exportações estaduais alcançaram US\$ 242,8 milhões em julho, crescimento de 15,7% frente ao mesmo mês de 2025, enquanto as importações somaram US\$ 247,5 milhões, alta de 9,9%. O resultado foi um déficit de apenas US\$ 4,7 milhões, o que representa melhora de 69,1% no saldo, e a corrente comercial cresceu 12,7%, para US\$ 490,3 milhões. No acumulado do ano, contudo, o quadro é menos favorável: as exportações caíram 4,9% (US\$ 1,29 bilhão) e as importações, 3,1% (US\$ 1,57 bilhão), gerando déficit de US\$ 277,2 milhões, piora de 6,2% em relação ao mesmo período de 2025, com retração de 3,9% na corrente comercial. Na perspectiva de 12 meses, observa-se inflexão relevante: as exportações cearenses cresceram 23,7% (US\$ 2,22 bilhões), enquanto as importações recuaram 12,7% (US\$ 2,58 bilhões), combinação que reduziu o déficit para US\$ 360,1 milhões, o que significa melhora de 69,0% no saldo, com pequeno avanço de 1,1% na corrente comercial.

Em síntese, os dados de julho de 2026 indicam que o comércio exterior brasileiro mantém trajetória ascendente tanto no acumulado do ano quanto nos últimos 12 meses, a despeito da retração pontual do mês. O Nordeste configura-se como o elo mais frágil da análise, com déficit em todos os períodos considerados e ampliação do saldo negativo no acumulado do ano, decorrente de um ritmo de crescimento das importações superior ao das exportações no mês e no acumulado do ano. Já o Ceará revela dinâmica mais promissora na janela de 12 meses, com exportações em expansão e importações em retração, movimento que reduziu expressivamente o déficit comercial, ainda que o estado permaneça em situação deficitária – o que reforça a importância de políticas voltadas à diversificação da pauta exportadora e ao fortalecimento das cadeias exportadoras regionais.

Autores:

Bruno Serra Batista Moreno
Catarina Pereira Marques
Danilo da Costa E Silva
Davi Correia Carmo
Filipe Barbosa Teixeira
Guilherme Menezes Lima
Ivanir Nunes Ocaia
Lays Maria Silveira de Vasconcelos
Maria Clara Vieira E Silva
Pedro Augusto Almeida Bezerra de Menezes
Rilary Martins Barroso
Roberta Bezerra Lima
Sophia Freitas Campos



Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron; AUTOR, David H. Skills, tasks and technologies: implications for employment and earnings. In: ASHENFELTER, Orley; CARD, David (ed.). **Handbook of labor economics**. Amsterdam: Elsevier, 2011. v. 4B, p. 1043-1171. DOI: 10.1016/S0169-7218(11)02410-5.

AGRAWAL, Ajay; GANS, Joshua; GOLDFARB, Avi. **Prediction machines: the simple economics of artificial intelligence**. Boston: Harvard Business Review Press, 2018.

CAZZANIGA, Mauro *et al.* **Gen-AI: artificial intelligence and the future of work**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2024. (*Staff Discussion Notes*, 2024/001). Disponível em: <https://doi.org/10.5089/9798400262548.006>. Acesso em: 16 set. 2026.

PEREZ, Carlota. **Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PwC). **PwC's 29th Global CEO Survey: leading through uncertainty in the age of AI**. London: PwC, 2026. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/1/issues/c-suite-insights/ceo-survey.html>. Acesso em: 16 set. 2026.

SCHWAB, Klaus. **The fourth industrial revolution**. Geneva: World Economic Forum, 2016.

STANFORD INSTITUTE FOR HUMAN-CENTERED ARTIFICIAL INTELLIGENCE (HAI). **Artificial intelligence index report 2025**. Stanford, CA: Stanford University, 2025. Disponível em: <https://hai.stanford.edu/ai-index/2025-ai-index-report>. Acesso em: 16 set. 2026.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The future of jobs report 2025**. Geneva: World Economic Forum, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2025/>. Acesso em: 16 set. 2026.